

FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL A PARTIR DE UMA AÇÃO EXTENSIONISTA DIALÓGICA

Aline Rodrigues Edlinger

IFRS – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – *campus* Sertão, acadêmica do curso superior de Tecnologia em Gestão Ambiental.

Juliana Fátima Loss, Joviane Salvador, Matheus Bresolin, Vinícius Lima Lousada (IFRS)

Email do Autor Principal: aedlingerpf@bol.com.br

RESUMO

O presente trabalho consiste na partilha de saberes a respeito da vivência extensionista de acadêmicos e um professor do Curso de Gestão Ambiental cujo propósito tem sido difundir, construir e promover a vivência do saber ambiental (Leff, 2001), abrangendo professores e alunos de uma escola pública no município sede de nossa instituição. Desse modo, temos pretendido, com o projeto, contribuir com a formação continuada de professores como sujeitos multiplicadores (Crivellaro, 2001) do saber ambiental de modo que estes difundam na comunidade escolar valores pertinentes ao consumo responsável e à sustentabilidade. A metodologia utilizada nos encontros de formação é dialógica (Freire, 2003) e se inspira no círculo de cultura freireano (Brandão, 2010) onde, semanalmente, realizamos estudos e vivências de Educação Ambiental, que têm por ponto de partida o levantamento dos temas geradores identificados pelos professores como emergentes da realidade de sua comunidade escolar e posterior estruturação do planejamento para esses encontros. Dentre os resultados obtidos, até o presente momento, destacam-se o aprofundamento teórico e articulação na cultura escolar de conceitos do campo ambiental e da Educação Ambiental; a sensibilização ambiental dos professores e percepção referente à ruptura moderna na relação sociedade/Natureza como valor instituinte de nosso modo de ser, estar e produzir no mundo, enquanto civilização e a leitura dessa ruptura como elemento fundador da crise ecológica do tempo presente; e a compreensão entre os professores quanto ao papel do educador como mediador de saberes e valores na formação do sujeito ecológico (Carvalho, 2001). Outro resultado digno de nota é a vivência pedagógica da interdisciplinaridade (Calloni, 2006) no grupo de estudos, pois, professores oriundos de áreas de conhecimento e formação distintas, acabam por tratar no diálogo do grupo de estudos os temas geradores na perspectiva colaborativa e de complementaridade que a orientação metodológica interdisciplinar sugere. Outro resultado que vislumbramos é a articulação de temáticas emergentes da realidade, associadas ou não à Educação Ambiental, como consumo responsável e o *bullying* (Gomes, 2012), que provoca a busca de estudos teóricos e debates. Dentre os resultados ainda esperados podemos destacar a verificação de mudanças atitudinais na práxis social dos educandos e a construção coletiva do projeto de Educação Ambiental da escola. Concluímos, com a caminhada empreendida até aqui, que a Educação Ambiental potencializa valores, sentimentos, emoções, amplia os horizontes da racionalidade mediante a conexão que promove entre os saberes interdisciplinares das ciências e os saberes da vida comunitária, ao mesmo tempo em que reinventa a educação formal.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Ambiental, sujeito ecológico, valores.

INTRODUÇÃO

O presente artigo consiste em um breve relato de uma experiência dialógica de Educação Ambiental (EA) em processo de construção, desenvolvida por cinco acadêmicos do Curso de Tecnologia em Gestão Ambiental, sob a coordenação do Professor Dr. Vinícius Lousada (IFRS¹) na Escola Estadual de Ensino Fundamental Bandeirantes, no município de Sertão, estado do Rio Grande do Sul². As temáticas desse projeto, construídas para a formação continuada dos professores, foram elencadas em diálogo com parte significativa do corpo docente da Escola Bandeirantes, na perspectiva de elaboração de temas geradores (Freire, 2003), visando difundir, construir e promover a vivência do saber ambiental, a partir da realidade pertinente às vivências comunitárias dos sujeitos participantes e do cotidiano de cada um, com o objetivo de desencadear processos educativos para a formação da consciência ambiental.

A partir da participação desses acadêmicos em um curso de formação em práticas de Educação Ambiental, promovido pela ONG Elo Verde de Erechim/RS e voltado para a formação de professores e universitários, surgiu a intencionalidade de aplicar, desenvolver e aprofundar as experiências adquiridas, tanto no específico curso, quanto na rotina acadêmica diária, no IFRS - *Campus* Sertão. Em encontros de estudo sobre Educação Ambiental, acadêmicos e professor decidiram desenvolver o projeto que aqui é em parte relatado, no sentido da formação de educadores ambientais multiplicadores do saber ambiental na escola onde se desenvolve.

1. EDUCAÇÃO AMBIENTAL

O boom da EA no Brasil acontece na década de 90, por causa de toda a movimentação e discussão pública em torno da ECO - 92. Essa conferência, de âmbito mundial, preconizou uma compreensão de desenvolvimento sustentável e da Educação Ambiental. A Agenda 21, documento resultante, propôs uma educação para esse modelo de desenvolvimento, que poderia ser resumida em dois processos pedagógicos (Crespo 1998): conscientização das implicações das relações homem/natureza, meio ambiente/desenvolvimento, conexão local/global e, em um segundo momento, mudança de comportamento humano segundo a concepção de sustentabilidade.

Foi nessa conferência que o Fórum Global das ONGs produziu um importante documento, que também serviu como referencial político para as práticas de EA: Tratado Global para sociedades sustentáveis. A EA é apresentada, neste tratado com dezesseis princípios orientadores, como ferramenta de mudança da ordem econômica global rumo a formas de sustentabilidade aliadas à justiça social e harmonia planetária, contribuindo com a formação de valores, da autonomia dos sujeitos frente à resolução das questões ambientais, tendo por base fundamental o respeito a todas as formas de vida. Preconizando uma visão sistêmica da crise e remetendo suas causas ao modelo de civilização dominante, a concepção que o documento mostrava era que essa crise estava associada à ausência de valores básicos e à ausência participação cidadã nas decisões políticas que tocam tanto aos interesses dos indivíduos quanto às comunidades.

Neste tratado, a educação é apresentada como direito universal e a EA é pretendida em uma perspectiva crítica que, em suas modalidades possíveis, estimularia a transformação social. Seu propósito, tanto no campo de ação do indivíduo quanto ao das coletividades, deveria ser a formação do cidadão com consciência local e planetária, ou seja, conhecedor de sua realidade imediata e da interdependência entre ela e a vida no planeta, respeitando a autogestão dos povos e a soberania de outras nações.

Então, são reafirmados: a politicidade da EA, o seu enfoque interdisciplinar para a complexa compreensão das relações estabelecidas entre sociedade/natureza e a valorização da vocação da EA na promoção de valores, respeito e voz às culturas tradicionais, como dos povos indígenas, e na potencialização dos processos democráticos para maior participação popular, além de valorizar as diferentes formas de conhecimento socialmente produzido.

¹ Instituto Federal do Rio Grande do Sul.

² Esse projeto consiste em uma ação extensionista recomendada pela unidade de origem (IFRS - *Campus* Sertão) e está em andamento desde abril do corrente ano. O Projeto conta com duas bolsistas e os demais acadêmicos atuam como voluntários.

Oportunamente, Leff (2003, p. 57) destaca que:

A educação ambiental é um processo no qual todos nós somos aprendizes e professores. Os bons mestres sempre foram aprendizes até alcançar a maestria de artes e ofícios. Mas esse processo de transmissão de saberes sempre se deu dentro das relações de poder de quem detém um saber, de relações de dominação mestre-aluno, de relações de autoridade e de prestígio pela propriedade de um saber codificado, certificado.

A EA deve ser uma educação crítica, revolucionária, deve ser conduzida de modo a capacitar pessoas para a solução de seus conflitos com humanidade e justiça. Deve desenvolver o diálogo, a cooperação entre indivíduos e instituições visando à criação de estilos de vida alternativos para atender às necessidades básicas de todos sem qualquer discriminação; deve buscar a formação de uma sociedade justa - não precisa ser mais justa, justa já é o suficiente - e ter compromisso com a democratização dos meios de comunicação de massa e a construção de uma consciência ética.

A Política Nacional de Educação Ambiental, por sua vez, entende nebulosamente a EA – essencial a todas as modalidades e níveis de ensino – como uma “atividade meio” para a construção coletiva e individual de valores sociais, saberes, atitudes e competências direcionadas à conservação do ambiente, e essencial à qualidade de vida e à sustentabilidade. Nesse cenário, a EA é confirmada como uma necessidade premente de formação de uma nova consciência, afastada do racionalismo dominador e espoliador da Natureza, devendo ser resultante de práticas pedagógicas articuladas com ações políticas capazes de atender às necessidades do nosso tempo, concitando os indivíduos a uma nova ética pautada na racionalidade ambiental.

A EA, em sua politicidade, afirma-se considerando a necessidade de investigar e denunciar as raízes socioeconômicas e paradigmáticas dos desenganos ambientais que atravessamos, face ao modelo de desenvolvimento econômico adotado até então, que se fundamenta em ações de domínio e exploração irracional dos recursos naturais e das gentes.

Nesse sentido, contribui Reigotta com a reflexão que nos propomos à guisa de fundamentação:

Considero que a educação ambiental deve procurar estabelecer uma “nova aliança” entre a humanidade e a natureza, uma “nova razão” que não seja sinônimo de autodestruição e estimular a ética nas relações econômicas, políticas e sociais. Ela deve se basear no diálogo entre as gerações e culturas em busca da tripla cidadania: local, continental e planetária, e da liberdade na sua mais completa tradução, tendo implícita a perspectiva de uma sociedade mais justa tanto em nível nacional quanto internacional. (REIGOTTA, 1998, p. 11).

Na citação acima, o autor exterioriza a sua opinião sobre o compromisso da EA diante dos impasses causados pelo modo como tratamos a Natureza, afirmando que caberia estabelecer uma nova razão, uma nova aliança entre homem e natureza, de forma a romper com o comportamento destruidor historicamente cultivado, orientando-se por outra ética nas relações com os outros e com o mundo. Essa fala é unânime no discurso ambientalista ou da EA. Esta nova relação teria como premissa uma dialogicidade com o ambiente e a diversidade cultural, sem descuidar de seu caráter eminentemente político, quando a EA reivindica como item de sua urgente pauta a justiça socioambiental.

Parece-nos que quando a EA suscita dúvidas sobre as problemáticas ambientais vivenciadas pelos povos e se coloca em diálogos com eles, desvelando através de uma prática pedagógica reflexiva a crise que estamos atravessando, propondo-se a construir novos caminhos e com isso gerar uma nova lógica social, ela atinge a sua meta de formar cidadãos participativos e críticos, conscientizados gradualmente de sua responsabilidade diante de sua casa planetária, que deve se manifestar no cuidado com o ambiente. A principal aspiração da EA seria a de colaborar com a constituição de uma atitude ecológica (CARVALHO, 2004, p. 69), quer dizer, fomentar processos concretos de formação de sujeitos ecológicos que sejam uma presença diferenciada no mundo, realizando a utopia ecológica de um projeto de sociedade alternativa, sustentável e justa.

A EA, enquanto formadora de sujeitos ecológicos – leia-se ambientalmente conscientes –, funciona como um conjunto de práticas pedagógicas, escolares ou não, capazes de sensibilizar a sociedade civil para a crise em pauta, pressionando a incorporação do saber ambiental aos vários campos disciplinares do conhecimento e, também, tem riqueza de possibilidades para formar novas subjetividades e processos materiais produtivos ante o saber que propaga, as vivências que propicia e as novas sensibilidades que pode desencadear no que toca à conscientização da nossa identidade planetária, da nossa pertença à Gaia.

Porém, os que laboram na EA precisam estar atentos à possibilidade de contaminação de sua proposta alternativa de educação pelo discurso neoliberal quando empresas, instituições privadas ou governos lhe atribuem um valor de mercado provocando, mesmo, uma banalização do conteúdo pertinente ao saber ambiental mediante a mescla de ações, que deveriam ser conscientizadoras, com elementos de capacitação profissional em projetos de gestão do ambiente, norteados por critérios de rentabilidade econômica, ideologizando-o como meio pertinente para o alavancar do desenvolvimento, como já destacamos, nem sempre sustentável. Por isso, seu conteúdo não pode prescindir de uma dimensão ética.

1.1 A Educação Ambiental e a formação do sujeito ecológico

A EA, na proposição da formação do sujeito ecológico, procura desenvolver aprendizagens significativas para os indivíduos, instituindo com eles novos modos de ser e ler o mundo, provocando alguma intervenção nos conflitos socioambientais que possam fazer parte de sua experiência vital no âmbito de seus contextos locais, com a pretensão de gerar consequências positivas em escala global. Aqui, fica claro o projeto-político e pedagógico da EA sob um olhar crítico, que é a construção de um saber ambiental que qualifique a intervenção transformadora na realidade por parte dos atores sociais histórica e culturalmente situados.

Todavia, para que a EA seja dialógica, não se reduzindo a uma espécie de “doutrinação” de cunho ambientalista, cabe ao educador ambiental o papel de mediação entre os sentidos socialmente elaborados na vida cotidiana pelos educandos e o saber ambiental, que abrange, como já me referi anteriormente, o saber produzido pelos sujeitos, mesmo na escola da vida. Para tanto, o papel que se delinea ao educador é de, em um primeiro instante, intérprete da rede de sentidos tramada no tempo cotidiano, a fim de mediar aproximações e complementaridades entre o saber popular e o saber interdisciplinar das ciências que permitem a compreensão dos limites e possibilidades dos processos ecológicos em determinado ambiente, e a elaboração social de novas sensibilidades afetivas e cognitivas nesse rumo.

Vale reforçar a ideia de que a EA não deve ser confundida com mero repasse de informações ecológicas, mas identificada como alternativa educativa emancipatória que está engajada na formação de novos valores no espírito humano, contrapondo-se ao utilitarismo da racionalidade instrumental e ao sistema de acumulação da sociedade materialista em prol da constituição de sujeitos cujas condutas individuais e coletivas traduzam algo de uma atitude ecológica, como os tempos de crise ecológica em que vivemos nos exigem.

Entretanto, embora haja um otimismo em torno das possibilidades positivas da EA no campo escolar, no que diz respeito à certa oxigenação do sistema de ensino, de reordenação e diálogo entre os saberes disciplinares que fomenta, provocando uma reavaliação do papel da escola e do conhecimento diante dos desafios socioambientais de nosso tempo, acreditamos que, ao se aproximar das redes e movimentos que pulsam na teia da sociedade complexa, as práticas de formação ambiental podem ser atualizadas, objetivando a participação ativa dos educandos, evitando-se remendar discursos e orientações epistemológicas renovadoras a uma prática bancária de educação (Freire, 2003), que os coloca na perspectiva de receptáculos dóceis dos saberes pertinentes ao ambiente.

1.2 De que ambiente falamos?

É necessário considerar, frente ao exposto, a concepção aqui defendida de ambiente, como categoria sociológica que temos de ambiente. Ambiente envolve todas as coisas vivas e não vivas, engloba também valores, saberes e questões culturais. Segundo o autor Barbieri (2011) o ambiente pode ser natural, constituído pelas matas virgens; fabricado ou desenvolvido pelo homem, como as cidades, as ferrovias; e ambiente domesticado, que envolve as áreas agrícolas, florestas plantadas, mas também envolve a subjetividade, ambiente psicológico e sentimental.

Enrique Leff (2002) define o ambiente como “uma visão das relações complexas e sinérgicas gerada pela articulação dos processos de ordem física, biológica, termodinâmica, econômica, política e cultural.”, reforçando a ideia de habitat como suporte ecológico e como forma de aplicar no ambiente determinada cultura, modificando-o. Concebe-se que o ambiente (Lousada, 2011), em sua complexificação, abarca os processos ecológicos, dos quais a humanidade é um dos elementos que nele se movimentam, profundamente afetados pela racionalidade econômica necrófila – que forja os processos de exploração desenfreada dos recursos naturais –, pelo ecocídio da biodiversidade e pela invasão cultural pautada na intolerância e na negação da palavra do outro, costuradas com a fabricação da miséria, do racismo, das

manifestações do preconceito ou sectarismos e com a ação cultural antidialógica na concessão do acesso aos povos aos recursos ecológicos.

Assim, a concepção de ambiente aqui exposta não desconhece as suas bases naturais, mas revigora uma estratégia conceitual coerente com a racionalidade ambiental, que é capaz de transcender a racionalidade instrumental, pois que, nesse sentido, a questão ambiental deve ser pensada em sua complexidade, na qual a natureza se relaciona de forma interdependente com os elementos socioculturais.

1.3 Saber ambiental

Saber ambiental é uma categoria fundamental nessa reflexão e, nesse caso, cabe esclarecer a acepção aqui adotada (Lousada, 2011). É evidente que a racionalidade ambiental requer, para sua efetivação na cultura e, portanto, nas práticas sociais, a reorganização interdisciplinar do saber para a construção e apropriação de saberes que se produzam de forma interdependente com os saberes que produzimos a respeito do ambiente, em diferentes campos do conhecimento. Não se trata de propor uma uniformização e um ajuste desses saberes à ecologia, pura e simplesmente, mas ao contrário, o saber ambiental é constituído por processos de produção de saberes de caráter ambiental e que problematizam o saber fragmentado historicamente instituído na racionalidade moderna.

Nesse rumo, o saber ambiental (Leff, 2001) é um saber que não é neutro e, portanto, faz a denúncia das relações de poder que se inscrevem na produção, circulação e apropriação do conhecimento em suas diferentes modalidades e ambientes, anunciando a subversão da ordem de silenciamento imposta aos saberes marginais.

O saber ambiental é uma epistemologia política que visa dar sustentabilidade à vida; é um saber que vincula os potenciais ecológicos e a produtividade neguentrópica do planeta com a criatividade cultural dos povos que habitam a Terra. O saber ambiental muda o olhar do conhecimento e com isso transforma as condições do ser no mundo na relação que o ser estabelece com o pensar e o saber, com o conhecer e o agir no mundo. O saber ambiental é uma ética para acariciar a vida (...). (LEFF, 2011, p. 201). Enfim, o saber ambiental constitui-se em “um campo de conhecimentos teóricos e práticos orientado para a rearticulação das relações sociedade-natureza.” (LEFF, 2001, p. 145).

Nesse sentido, o trabalho fundamental da EA está em difundir, construir e promover a vivência do saber ambiental, não sendo um tipo específico de educação, mas um processo contínuo de aprendizagem, onde os sujeitos – em diferentes contextos socioambientais devem estar envolvidos, sobretudo, pois se o ensino for orientado às práticas cotidianas, criar-se-á o comprometimento do aluno com a comunidade a qual pertence. Deste modo, a EA mostra-se indispensável para a construção de novos valores para a transformação em uma sociedade comprometida com a solução de seus problemas ambientais, oportunizando condições ideais às gerações presentes e futuras.

A atual crise ambiental é resultado de um modelo de vida que prioriza o antropocentrismo e o consumo excessivo. Esse modelo capitalista torna-nos cada vez mais individualistas, e enaltece o ter e não o ser. Por isso, a EA deve ser crítica e interdisciplinar. Ela deve ser trabalhada a partir da realidade de cada um, dos problemas socioambientais locais de um determinado ambiente, construindo o saber ambiental, que por sua vez é um conceito explicado por Leff (2002) como uma área que excede as ciências ambientais, as quais são constituídas por um conjunto de especializações (ecologia urbana, engenharia ambiental, etc). Segundo o autor, o saber ambiental é um processo em construção porque envolve princípios institucionais a nível acadêmico e sociopolítico, com a interação da sociedade, o qual abrange valores éticos, conhecimentos práticos e saberes tradicionais.

1.4 A EA na Escola Bandeirantes

A escolha da referida escola deveu-se ao fato dessa ter em seu princípio filosófico a observação dos valores humanos na educação, a dialogicidade do processo educativo onde se leva em conta os saberes que o aluno traz de seu cotidiano, a ser reelaborado no diálogo com os conhecimentos adquiridos ao longo do processo educacional escolar, e experiências anteriores da comunidade escolar com a EA. Em 2007 a escola iniciou seus trabalhos com o tema: “Por uma educação mais humanizadora”. Com isso os professores procuraram desenvolver uma educação reflexiva e crítica que pressupunha o desvelamento crítico do meio onde a comunidade escolar vive, possuindo assim, os requisitos necessários para o desenvolvimento do referido projeto Educação Ambiental com professores e alunos do ensino fundamental pretendido pelo grupo de acadêmicos do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental (Aline

Edlinger, Joviane Salvador, Juliana Loss, Magda Barboza e Matheus Bresolin), sob a orientação do professor Vinícius Lousada.

Após o primeiro contato, que teve boa aceitação por parte da direção e do corpo docente da referida escola, foi traçado, em conjunto, um plano de ação para o desenvolvimento das atividades de formação continuada dos professores, através da criação de grupos de estudos, utilizando-se de práticas pedagógicas que provocassem os professores a conhecer e discutir o assunto enlaçado às vivências do cotidiano escolar, com a finalidade de incorporar o saber ambiental às práticas pedagógicas em uso. Pretende-se, também, assessorar a comunidade escolar na criação, execução e avaliação de projetos de EA, como o arranjo de um espaço para a implantação de uma horta de ervas aromáticas e medicinais e, com o trabalho formativo dos professores inserir a EA numa perspectiva transformadora.

2 METODOLOGIA

O projeto EDUCAÇÃO AMBIENTAL COM PROFESSORES E ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL objetiva a formação continuada dos professores da Escola Bandeirantes e pretende, a partir da elaboração de um projeto de EA escolar, fomentar a formação da consciência ecológica dos alunos levando a ambos segmentos da comunidade escolar se tornarem, de algum modo, multiplicadores dos saberes ambientais construídos durante a ação da equipe extensionista comprometida com o projeto.

É importante considerar o sentido da formação continuada dos educadores em Educação Ambiental não somente no que tange à transversalização da temática entre os componentes curriculares da Educação Básica, mas, sobretudo, para a construção de projetos permanentes de Educação Ambiental, vinculada à comunidade de seu entorno, cuja finalidade desagua na intencionalidade pedagógica da formação dos educandos como sujeitos ecológicos (CARVALHO, 2002, p. 74).

Para tanto, compreende-se a necessidade da qualificação dos professores no que se refere à apropriação do saber ambiental (LEFF, 2001) e sua pedagogicidade para a construção de aprendizagens significativas em Educação Ambiental com os educandos, instituindo com eles novos modos de ser e ler o mundo, provocando alguma intervenção nos conflitos socioambientais que possam fazer parte de sua experiência vital no âmbito de seu contexto local – considerando a identidade comunitária –, com a pretensão de gerar consequências positivas em escala regional.

A metodologia que vem sendo empregada para atender os objetivos do projeto pode ser compreendida nas seguintes etapas, resumidamente: a) encontros de formação: grupo de estudos e vivências em EA com os professores da Escola Bandeirantes, de periodicidade semanal; b) levantamento socioambiental e análise dos dados: levantamento socioambiental da realidade em que a comunidade escolar está inserida. Esse levantamento deveria gerar o tema central do projeto, que deve ser realizado pela técnica dialética das árvores “conflito” e “solução” ou através de um levantamento mais elaborado sobre os aspectos sociais e ambientais; c) construção e planejamento do projeto escolar de Educação Ambiental³: compreende a definição do público alvo, podendo ser voltado o projeto a uma turma da escola, toda a escola, ou ainda, à comunidade em que a escola está inserida e, assim, deve ser definida a delimitação da área de atuação do projeto; d) Execução do projeto escolar de Educação Ambiental: nessa etapa deve se definir ações integradas à escola, de curto ou longo prazo, vinculadas ao projeto político-pedagógico (PPP) dessa instituição. Essas ações são desencadeadas a partir do tema eleito após a etapa do diagnóstico. Outro aspecto colocado em relevo nessa etapa do projeto consiste no diálogo interdisciplinar, possível, que as ações educativas, sob as diretrizes da EA, podem desencadear no currículo escolar que, pouco a pouco, passaria a “contaminar” todos os momentos de prática pedagógica dos educadores na escola. e) participação em eventos de EA para a socialização de experiências; f) produção bibliográfica sobre Educação Ambiental e as experiências levadas a efeito.

5. (In) CONCLUSÃO

A Educação Ambiental produz valores, afetos e práxis inspiradas no saber ambiental e, dessa forma, o educador ambiental pode colaborar na conexão entre os saberes interdisciplinares das ciências e os saberes populares. Contudo, a aderência e participação ativa de docentes em atividades continuadas de formação em práticas de EA,

³ Nesse mês estamos adentrando essa etapa do projeto.

reavaliando seu papel como multiplicadores do saber e o papel da escola na formação de sujeitos ecológicos é relativa, sujeita a avanços e retrocessos em razão de outros fatores que cercam o cotidiano da escola pública no Brasil, presentes também na dinâmica da cultura escolar da instituição em que o projeto está em realização. Dentre esses fatores, destacamos: pouco tempo na carga horária docente para formação continuada, descrença na possibilidade de empoderamento e transformação socioambiental por parte de alguns docentes, dificuldade de retorno em relação a atividades propostas para além dos encontros de formação, reflexividade atrelada ao senso comum em termos das questões ambientais, redução do tempo destinada à formação, a pedido da direção da escola.

Por outro lado, o grupo de acadêmicos e professor que desenvolvem o projeto, identificam a educação ambiental como práxis possível, onde a prática e a teoria são aliadas de forma contínua e sem dicotomias. Aliás, segundo Freire (2003), a educação pode ser bancária – desumanizante porque interdita o vir-a-ser do sujeito como construtor de sua história, doutrinando-o a favor da alienação da razão de ser das condições socioambientais opressivas em que vive – e, também, a educação pode ser dialeticamente libertadora – ensinando ao sujeito, em diálogo criativo e crítico com seus pares, a ler o modo contraditório e irracional como se formata o mundo na racionalidade predatória do capitalismo. Entende-se que o papel da EA é fomentar a libertação de horizontes estreitos do paradigma utilitarista moderno para que o ser humano, como sujeito de sua história, se conscientize de sua relação de comensalidade com outros seres da vida em nossa casa planetária comum, e, igualmente, sabedor de sua incompletude. Recordemos que é na inconclusão do ser, que se sabe como tal, que se funda a educação como processo permanente. Mulheres e homens se tornam educáveis na medida em que se reconheceram inacabados. Não foi a educação que fez mulheres e homens educáveis, mas a consciência de sua inconclusão é que gerou a sua educabilidade, enquanto característica inerente à nossa espécie. (Freire, 2007).

Reconhecemos, por fim, que a Educação Ambiental potencializa valores, sentimentos, emoções, amplia os horizontes da racionalidade mediante a conexão que promove entre os saberes interdisciplinares das ciências e os saberes da vida comunitária, ao mesmo tempo em que reinventa a educação formal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Círculo de cultura*. In: Redin, Euclides. ZITKOSKI, Jaime José (org.). **Dicionário Paulo Freire**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.
2. CARVALHO, Isabel C. de M. **A invenção do sujeito ecológico: sentidos e trajetórias em educação ambiental**. Porto Alegre: UFRGS, 2011. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.
3. _____. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez, 2004.
4. CRESPO, Samyra. **Educar para a sustentabilidade: a educação ambiental no programa da agenda 21**. in: NOAL, Fernando; REIGOTA, Marcos e BARCELOS, Valdo H. de L. (Org.). *Tendências da educação ambiental brasileira*. Santa cruz do Sul: EDUNISC, 1998.
5. CRIVELLARO, Carla Valeria Leonini. **Ondas que te quero mar: Educação Ambiental para comunidades costeiras: Mentalidade Marítima: relato de uma experiência/ Carla Valeria Leonini Crivellaro, Ramiro Martinez Neto e Rita Patta Rache**. POA: Gestal, 2001.
6. FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 36. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.
7. _____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.
8. GOMES, José Roberto. **Bullying: um desafio para a educação**. Revista Mundo Jovem. Junho de 2012.
9. LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
10. _____. *Pensar a complexidade ambiental* in: LEFF, Enrique (coord.). **A complexidade ambiental**. São Paulo: Cortez, 2003.
11. LOUSADA, Vinícius L. **Das ondas que se fizeram mar em Rio Grande: a construção de um projeto de educação ambiental no entrelaçamento das trajetórias de vida dos seus autores**. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

12. _____. **Ecos de processos educativos com recicladores/recicladoras:** um estudo a partir de um projeto de educação popular ambiental. Porto Alegre: UFRGS, 2011. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
13. PELIZZOLI, Marcelo. **Correntes da ética ambiental.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
14. REIGOTA, Marcos e BARCELOS, Valdo H. de L. (Org.). **Tendências da educação ambiental brasileira.** Santa cruz do Sul: EDUNISC, 1998.